

APRESENTAÇÃO

Arquivos, Acervos e Corpus Documentais
físicos e digitais: Ciência, Tecnologia e Sociedade

PRESENTACIÓN

Archivos, Acervos y Corpus Documentales
físicos y digitales: Ciencia, Tecnología y Sociedad

Tanto como outras áreas de reflexão conceitual, metodológica e cognitiva, a temática dos arquivos e *corpus* documentais constituem um momento de necessária consideração nas investigações desenvolvidas no campo das Ciências Sociais e das Humanidades. Desde a constituição destas como disciplinas aspirantes à categorização científica no século XIX, a apelação a fontes de informação que permitiram a reconstrução de aspectos do social e humano foi indicada, tipificada, analisada e pautada em manuais de diversos tipos para o estudo daqueles objetos cujo tratamento excluía a experimentação direta e requeria, em troca, a observação documental.

Durante muito tempo desde então, a investigação social – especialmente a historiográfica, porém não só ela – foi realizada consultando arquivos estatais que as administrações estaduais e nacionais se esforçaram em incrementar conjuntamente com o desenvolvimento de suas próprias agências de intervenção social e com a ampliação constante de seus assuntos públicos. Esta tríplice sincronia – desenvolvimento estatal/arquivos públicos/ciência histórica – resulta compreensível. As burocracias modernas desenvolveram arquivos úteis para o exercício do domínio político, que normatizaram e com isso resguardaram uma parte importante da vida social, brindando à posteridade registros da atividade humana e suas regulações públicas. Somada a isso, a cultura escrita que se consolidou nos séculos XIX e XX, fez pensar nesses arquivos estatais como os mais capazes de oferecer vestígios fiáveis aos encarregados das ciências do homem. Parecia muito lógico encontrar ali informações fidedignas, e sobretudo entendíveis, da ação e criação humana.

Ainda quando as temáticas de estudo foram orientadas a assuntos da cultura e/ou da economia, os acervos escritos de bibliotecas, palácios e arquivos governamentais prevaleciam ante qualquer outro tipo de *corpus* documental para a pesquisa.

Com a revolução das Ciências Sociais no século XX, que reconheceu momentos de grande transcendência no devir da escola historiográfica dos *Annales*, os debates do marxismo, o giro linguístico e os intercâmbios de enfoques disciplinares, novos objetos temáticos requereram novos arquivos e *corpus* documentais. A exploração de acervos públicos antes desprestigiados ou ignorados – que iam desde os registros paroquiais até os arquivos judiciais, dos livros hospitalares aos registros policiais, das fotografias de orfanatos às cadernetas escolares – se completou com a atenção rumo a fundos privados menos observados – como os documentos pessoais, o mobiliário, as fotos de família, a música, a literatura – e com a produção de novos arquivos derivados do trabalho investigativo, escritos e audiovisuais. As entrevistas gravadas e filmadas vieram completar a necessidade de registrar a vida de sujeitos destacados e comuns objetivando reconstruir, através da memória, as experiências de atores diversos até então desatendidos.

Naturalmente, esta mudança nas Ciências Sociais e Humanas foi acompanhada de novas questões e metodologias de trabalho que permitiram captar aspectos da vida social – individual ou coletiva – dessas curiosas e variadas fontes. Ambas encaminhadas desde enfoques quantitativos ou qualitativos, as investigações sociais precisaram pensar a problemática das fontes que, desde então, não vemos mais como simples receptáculos de informação, simples e genuína, sobre a vida das pessoas de distintos tempos. Nós as conhecemos, as fontes documentais e audiovisuais, como discursos tensionados pelo dito e não dito, pelos agentes que participaram ativa ou subordinadamente ou foram incluídos em sua produção, pelas relações e estruturas mais globais a partir das quais surgiram e surgem, enfim, por seu conteúdo e seu contexto de produção.

A pesquisa com fontes escritas propôs uma "leitura a contrapelo" que permitia ler intenções, interesses, vocabulários; inclusive quando voltou aos documentos oficiais, leu neles temáticas distintas às clássicas. A investigação com fontes orais refletiu especialmente sobre as implicações de sua produção e uso: a luta entre o discurso do pesquisador e o dos sujeitos investigados, a natureza construída das lembranças e da memória, a direcionalidade da investigação. A distinção entre o que foi chamado de perspectiva ética ou do observador e a perspectiva *êmica* ou dos sujeitos estudados foi disseminada desde o campo linguístico até

as demais ciências sociais, permitindo entender melhor o que homens e mulheres de diferentes sociedades fizeram, disseram e escreveram. Reflexões refinadas sobre essa importância nos estudos históricos e em sua própria trajetória profissional em torno dos arquivos inquisitoriais nos deram o excepcional Carlo Ginzburg em sua recuperação do legado de Marc Blochⁱ.

Também as novas abordagens e temas perceberam a importância de problematizar a instituição arquivo. De repositório – classificado ou caótico – de papéis e objetos materiais prontos para a consulta dos letrados, passamos a entendê-lo como uma instituição social, histórica, tensionada por lógicas diversas – ora complementares e outras em choque – dos diferentes agentes que o habitam. Apontaram estas reflexões alguns textos apaixonantes, como os de José Luis Rodríguez de Diego, ex-diretor do grande Arquivo de Simancas, onde a monarquia hispânica construiu seu registro de poder, administração e memória, o de Arlette Farge sobre a atração do arquivo judicial e as vozes de “vidas que de modo algum podiam se expressar dessa maneira”, ou a de Ludmila da Silva Catela sobre o mundo dos arquivos e as múltiplas disputas que os arquivos têm sobre conservação e uso público, especialmente quando resultam da violência estatalⁱⁱ.

O arquivo, espaço de domínio, quando registra ações humanas, ideias, pedacinhos da vida das pessoas ou ação institucional de diferentes tipos, guarda e organiza documentação que, juntamente com a sua informação, inclui a lógica institucional da agência que a produziu. Decorre disso que as pesquisas sociais e humanísticas não podem deixar de considerar a reflexão sobre os arquivos e *corpus* documentais – preexistentes ou criados *ex professo* – como constitutivos do objeto e dos problemas do estudo.

Existe uma relação entre as novas tecnologias digitais e a formação de acervos específicos. Elas têm possibilitado o surgimento de arquivos sobre temáticas novas e insurgentes, do movimento operário ao feminismo, a cultura de esquerdas, a sociabilidade, o consumo, as cidades. Indubitavelmente, as tecnologias aplicadas à criação ou difusão de fundos documentais, públicos ou privados, apresentam novos desafios para pensar a relevância e seletividade das fontes. A produção de acervos digitais em temáticas específicas, desprendidos de projetos educacionais ou profissionais, de instituições culturais ou iniciativas pessoais, coloca seus próprios problemas em termos de origem de seu conteúdo, integridade, quantidade e plausibilidade de uso. Mas, de maneira alguma o suporte digital dos arquivos ou a formação de *corpus* documental específico, alojado em instituições educacionais ou outras,

descarta a necessidade ou relevância da ponderação das fontes e a análise do site que o oferece para consulta. Certamente, os acervos ou arquivos são diferentes quando surgem como resultado de critérios de investigação ou propósitos de colecionadores: o mecanismo social que os reúne e os organiza para observação sistemática é particular. Estando do lado de fora dos grandes edifícios dos arquivos nacionais ou estaduais – e às vezes existindo em formato virtual –, correm o risco de serem menos conhecidos, menos frequentados e até perder os recursos com que se mantém ou difundir-se. Mas não há dúvida de que eles participam do impulso expansivo dos objetos de estudo das ciências sociais e da necessidade de reconstrução dos vestígios de variadas situações históricas.

Os estudos em Linguística Histórica intensificam a geração de *corpus* com base em acervos de documentos e dá lugar ao surgimento da Linguística de Corpus. As fontes documentais têm servido aos estudos das línguas naturais tanto no seu aspecto descritivo quanto histórico/diacrônico, a exemplo da comparação das estruturas linguísticas em diferentes sincronias no tempo e no espaço, buscando (re)conhecer identidades, como a geográfica, com base em características da língua registrada em documentos escritos e, mais recentemente, em documentos orais. Com o advento das novas tecnologias a partir da segunda metade do século XX e o diálogo das ciências da computação com as ciências sociais e humanas, no âmbito das Humanidades Digitais, os estudos baseados em acervos documentais passaram a contar com novas ferramentas, métodos e técnicas para arquivo e pesquisa das fontes.

De acordo com as considerações anteriores, os doze trabalhos que compõem este dossiê, muito diferentes em termos de formato, estilo e reflexões que apresentam, trazem valiosas contribuições em torno do uso e produção de fundos documentais para a pesquisa social e humanística.

Os dois primeiros artigos descrevem e analisam fundos e arquivos documentais existentes, percebendo seus potenciais usos na pesquisa histórico-social. O primeiro, escrito por Walter Musich, trata do heterogêneo e rico arquivo – composto por documentos escritos (manuscritos e impressos), cartográficos, gráficos e fotográficos –, gerados e preservados no Novo Porto da cidade do Paraná, Argentina, ao longo de mais de 100 anos de existência. O autor detém-se, em particular, na descrição das características apresentadas no seio deste variado acervo documental os fundos planimétricos, fotográficos e aqueles relativos à documentação do pessoal empregado pelo ente portuário. Ao mesmo tempo, explica os usos

que, particularmente das fontes fotográficas e as dos funcionários do porto, realizadas em uma experiência de pesquisa específica. Esta pesquisa permitiu redescobrir, visibilizar e valorizar esse arquivo em particular como patrimônio documental vinculado à história do Estado, do trabalho e dos trabalhadores, da ciência, dos ofícios, da indústria e da tecnologia. O trabalho, muito cuidadoso na caracterização técnica das fontes, também tem o mérito de contemplar uma triangulação de diferentes tipos de fontes.

O segundo artigo é o de Daniel Lvovich, que se concentra em descrever e analisar os usos potenciais que os arquivos estatais dos Estados Unidos apresentam para a investigação da história argentina do século XX. Em primeiro lugar, o autor fornece uma visão geral desses arquivos, indicando as instituições que os gerenciam, os acervos que os constituem, a sede física em que são mantidos, bem como os sites eletrônicos nos quais muitos deles estão disponíveis para Consulta pública. Por sua vez, fornece algumas orientações para acessar as informações existentes sobre a Argentina nesses fundos documentais, indicando critérios de busca e o tipo de documentação que o pesquisador interessado pode encontrar. Novamente, é muito útil mencionar os sites eletrônicos através dos quais muitas dessas informações podem ser acessadas. Também realiza uma análise, com base em exemplos, das mais diversas fontes disponíveis para as várias agências estaduais dos EUA para construir conhecimento sobre a Argentina. Embora o cenário institucional vinculado a isso seja mostrado rapidamente, as políticas estadunidenses de arquivamento e de classificação de documentos são claramente apresentadas, evidenciando um exuberante conjunto não desprovido de tensão. Por fim, Lvovich indica aquelas áreas em que, em sua opinião, toda essa documentação disponível é particularmente útil para o estudo da história argentina, contribuindo para preencher as lacunas e limitações dos repositórios existentes no próprio país.

Outros três artigos referem-se a diferentes experiências de criação de arquivos, dois digitais (um de fotografias e outro de revistas) e um terceiro físico (de depoimentos orais). O primeiro, escrito por Sandra Fernández, Guillermo Ferragutti e Micaela Yunis, relata o desenho, implementação e difusão do Arquivo Visual da Sociabilidade Santafesina (1920-1960). Os autores destacam a importância da participação dos próprios cidadãos de Santa Fé no empreendimento, enquanto a proposta implicava o pedido àqueles que cediam, temporariamente, fotografias privadas nas quais diferentes manifestações de sociabilidade formal e informal podiam ser observadas e, em seguida, prosseguir a sua reprodução digital e armazenamento em um suporte online de acesso aberto, livre e gratuito. O arquivo assim

construído é o resultado de um processo duplo: de busca por parte de historiadores e de composição a partir da cessão de particulares, o que também nos permite pensar as possibilidades e limites dessas experiências. Os autores buscam, especialmente, explicar a organização do acervo fotográfico assim recolhido numa série de coleções temáticas delimitadas, dando conta da estrutura conceitual envolvida em cada um dos oito álbuns resultantes. Por fim, apontam o desafio que implicou atender, em todo o processo de constituição do arquivo, às potenciais necessidades e exigências dos futuros usuários, enquanto se esperava que dentro deles houvesse tanto pesquisadores e acadêmicos, quanto público em geral.

No texto seguinte, María Laura Schaufler narra a experiência de criação e divulgação de outro arquivo digital tematicamente orientado, o *Arquivo Hemerográfico "Gêneros e sexualidades em revistas da década de 1960 na Argentina"*. Ela explica que o objetivo principal dos envolvidos nessa empresa era salvaguardar e disponibilizar para um amplo público, notas, anúncios e artigos referentes a tópicos como feminidade, feminismo, amor, sexualidade, educação sexual, desejo e prazer eróticos, corpos de gênero e sexualidades, publicados nos anos sessenta em revistas femininas argentinas. A autora especialmente dá conta das perspectivas teóricas e do arcabouço conceitual que nortearam a seleção dos materiais e, com ele, a constituição do acervo documental a preservar. Ao mesmo tempo, destaca que tal acervo constitui um reservatório crucial para os atuais estudos de gênero e sexualidade, bem como uma contribuição para vários espaços do ativismo feminista. Por fim, informa sobre as diversas atividades enfrentadas pela equipe responsável pelo arquivo para divulgá-lo e potencializar seu uso.

O artigo de Fabiana Alonso e Eliana Bertero, ao expor os antecedentes e a devida constituição do *Arquivo de História Oral* da Universidade Nacional do Litoral, indica a centralidade que, para a pesquisa sócio-histórica, têm a produção, arquivamento e consulta de depoimentos orais. Recuperando as propostas de proeminentes cientistas sociais, as autoras tecem considerações significativas sobre o valor e a especificidade das fontes orais, dando conta de suas potencialidades, incluindo na análise a relação entre memória e testemunho. Logo, concentram-se da descrição e explicação detalhada dos critérios com os quais foram organizados as diferentes coleções e séries que constituem os fundos documentais produzidos e salvaguardados neste importante arquivo. Como bem advertem Alonso e Bertero, ele não apenas fornece informações relativas a diferentes aspectos da vida político-institucional da

universidade, mas também as esferas política, sindical e cultural da cidade e da província de Santa Fe.

Os dois artigos seguintes do dossiê aprofundam o vínculo entre a geração do *corpus* documentais ou a guarda dos arquivos existentes e a preservação da memória. No primeiro deles, Cecilia Odetti e Livia Rocha Magalhães, tomando como ponto de referência uma pesquisa empírica, refletem sobre a importância da construção e salvaguarda do *corpus* documentais – compostos tanto de testemunhos orais coletados por meio de entrevistas, como de documentação escrita, histórica, de diferentes tipos – para o estudo dos processos envolvidos na produção, transmissão e legitimação da memória escolar; bem como pela própria preservação dessa memória, gerida e permanentemente atualizada pelos atores da instituição escolar. À medida que vão dando conta das potencialidades das distintas fontes construídas e coletadas e das estratégias metodológicas que orientaram sua análise, as autoras tecem vigorosas considerações e conceituações sobre a memória, em geral, e a escola em particular. O segundo artigo, escrito por Esmeralda Guimarães Meira e Edna Maria Viana Soares, trata da *memória literária* em acervos de dois escritores baianos – Camillo de Jesus Lima (1912-1975) e Carlos Vasconcelos Maia (1923-1988) – problematizando a trajetória dos arquivos desses autores, as situações de ocultamento, de risco, de vulnerabilidade e de sua manutenção pela vontade de preservação, destacando a importância e o valor dos documentos no conjunto arquivístico em que a memória e a história se imbricam em favor do conhecimento sobre os processos de produção, circulação e recepção do texto literário e o seu valor como documento da memória cultural.

O texto de Jorge Viana Santos e Cristiane Namiuti, partindo do pressuposto de que o documento histórico atende à demanda social e ainda pode servir a estudos científicos, apresenta uma proposta de estrutura organizacional mediada pela tecnologia da informação para o arquivamento, administração e consulta, em ambiente digital, de acervos de documentos escolares de escolas extintas. Os autores postulam que o problema geral do documento histórico pertencente a instituições, como a escola, está relacionado ao fato de ele possuir simultaneamente três funções: a histórica; a social e a científica. Buscando atender a essas três funções com organização e agilidade requeridas de um arquivo/museu, Santos e Namiuti propõem um Sistema de Gerenciamento de Informação (SGDI) para acervos de documentos escolares, atendendo ao convênio estabelecido entre o Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus (LAPELINC) e o Centro de Documentação Albertina Lima

Vasconcelos (CEDOC) do Museu Pedagógico da UESB. No artigo, os autores descrevem o Esquema Relacional proposto na concepção do SGDI o qual denominaram – *Cadastro de Dados Estruturados de Escolas Extintas (CADEX)*.

Seguindo com a geração de *corpora* documentais, o artigo de Charlotte Galves traz como foco a anotação em meio eletrônico de *corpus* histórico para estudos linguísticos, apresenta a metodologia de trabalho de construção e uso do *Corpus Sintaticamente Anotado do Português Histórico Tycho Brahe*, descreve a ferramenta de edição eletrônica eDictor e o sistema de etiquetagem de palavras e de anotação sintática desenvolvidos e aplicados aos textos no processo de construção do *corpus* anotado. A autora exemplifica o funcionamento da busca automática com a ferramenta *Corpus Search*, que, a partir de perguntas específicas no âmbito da Linguística, procura construções em arquivos sintaticamente anotados, sendo esta uma vantagem que o *corpus* anotado em meio eletrônico/digital possibilita. E, como resultado, mostra os avanços da pesquisa sobre a história do português europeu permitidos pela grande quantidade de dados anotados disponíveis no *Corpus Tycho Brahe* para o período dos séculos XVI a XIX e passíveis de busca e recuperação automática dos dados, por meio de ferramentas computacionais. Por fim, menciona a extensão do trabalho ao português brasileiro, a favor da convergência entre a metodologia proposta e o trabalho intensivo de edição de documentos históricos de diversas procedências socioculturais e geográficas.

Na mesma linha de geração de *corpus*, seguindo os mesmos critérios de edição digital e de anotação morfossintática do *Corpus Tycho Brahe*, o artigo escrito por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda apresenta o Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), um produto do projeto *Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro* em colaboração com o *Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB)* que, na sua primeira etapa de construção, engloba documentos do período que vai do ano de 1750 a 2000. O *corpus* foi editado eletronicamente usando o editor XML eDictor, ferramenta especialmente voltada ao trabalho filológico e à análise linguística automática, que possui atualmente mais de um milhão de palavras, sendo que parte desses documentos foi obtida através do método LAPELINC em parceria com o projeto *Corpora digitais para a história do português brasileiro – região sudoeste da Bahia: aliança PHPB – Tycho Brahe*.

Partindo para um viés mais computacional dos acervos digitais, o artigo de Aline Silva Costa, Bruno Silvério Costa, Romenito Pereira Damaceno, Cristiane Namiuti, Jorge Viana

Santos, considerando que a linguagem XML tem sido utilizada em vários *corpora* que se baseiam no *Corpus* anotado do português histórico Tycho Brahe (CTB), como o Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) e o Corpus de Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista (DOViC), apresenta uma reflexão sobre a viabilidade técnica de uma alternativa à linguagem XML (eXtensible Markup Language) para *corpora* linguísticos anotados. Os autores comparam a performance obtida em buscas morfossintáticas feitas nessa proposta (Banco de dados NoSQL e formato JSON) com a anotação e armazenamento atual do corpus DOViC (Sistema de arquivos e formato XML). Os resultados obtidos no tocante à proposta JSON com Banco de Dados indicam viabilidade técnica e melhor desempenho dessa vertente computacional. Todavia, há um maior custo para a recuperação dos acervos históricos em meio digital quando estes deixam de ser armazenados em arquivos e passam a ser recuperados via programação de *software* a partir da leitura de uma estrutura de banco de dados. Os autores concluem que apesar da diferença com relação à performance, o XML apresenta maiores vantagens de interoperabilidade por ser amplamente aceita como padrão para anotação de *corpora*.

Finalizando os doze artigos do Dossiê Temático deste volume da Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as Ciências, em texto que trata da exploração computacional de *corpus* de língua anotado em ambiente eletrônico/digital, Catarina Magro e Gael Vaamonde apresentam o projeto SynAPse (Syntactic Atlas of European Portuguese), que visa conceber, construir e disponibilizar *online* um atlas digital da sintaxe dos dialetos do Português Europeu, atlas esse que combina um *corpus* dialetal sintaticamente anotado, um motor de busca sintática e uma aplicação de webGIS, permitindo mapear automaticamente e de forma dinâmica os resultados de pesquisas sintáticas definidas pelos usuários, evidenciando a correlação espacial entre fenômenos e facilitando a identificação no território português de áreas geográficas de convergência linguística. Os autores discutem as vantagens de um recurso cartográfico com tais características e funcionalidades para a investigação em sintaxe dialetal. E defendem a sua relevância para a exploração da dimensão espacial da variação sintática e para uma análise comparada das variedades dialetais numa perspectiva teórica de Princípios e Parâmetros. Descrevem ainda o plano de implementação técnica do atlas, com particular enfoque na etapa do processo atualmente concluída: a edição digital em XML-TEI do *corpus* que alimenta a ferramenta a construir e sustenta empiricamente a investigação proposta.

Em relação aos artigos de fluxo contínuo (fora do dossiê), este número traz três colaborações. A primeira delas, de M. Engracia Martín Valdunciel, analisa uma intervenção formativa bibliotecária desenvolvida no âmbito de um seminário optativo destinado a estudantes de graduação da Universidade de Zaragoza, Espanha. Nele, a autora explica que tal intervenção foi orientada por perspectivas críticas que discutem o papel da biblioteca como instituição intermediária entre usuários e diferentes formas de conhecimento; à sua vez, dá conta de algumas das conceituações e abordagens alternativas que essas perspectivas envolvem. Descreve os objetivos e o desenvolvimento da atividade que culminará num balanço da mesma, explicando os obstáculos detectados. A partir daí, descreve as dificuldades enfrentadas na realização de uma formação bibliotecária crítica no âmbito da Universidade do século XXI.

A segunda contribuição do fluxo contínuo trata-se do artigo de autoria de Roberto Paulo Machado Lopes e Amanda Brandão Lopes, partindo da hipótese básica de que as políticas de ciência e tecnologia (C&T), ao priorizar a incorporação do conhecimento científico e tecnológico aos processos produtivos, produzem e reforçam desigualdades entre as ciências naturais e ciências sociais. Assim, apresenta uma análise da proporção de projetos aprovados nos editais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) por grande área do conhecimento e por campos de pesquisa para identificar as desigualdades no acesso aos recursos de fomento à pesquisa entre as grandes áreas do conhecimento na Bahia e avaliar o papel das políticas de C&T na produção dessas assimetrias. O estudo agrupa as grandes áreas do conhecimento em dois campos de pesquisa: ciências naturais e ciências sociais. Os autores verificam que há uma associação entre os eixos estratégicos das políticas de C&T com os percentuais de aprovação de cada grande área em grupos de editais selecionados. A análise se estende examinando as implicações desses desequilíbrios sobre a valorização e reconhecimento dos pesquisadores e, para avaliar o reconhecimento e valorização da produção científica, o estudo faz um levantamento da distribuição, entre pesquisadores baianos, de bolsas produtividade (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por fim, o artigo de Jornandes Jesús Correia e Wanderson Costa Oliveira apresenta uma análise da definição de Entalpia em livros-texto de Termodinâmica com base em três aspectos expositivos: a argumentação empírica, a citação histórica e a argumentação

postulatória. Como resultado, observaram que a definição de Entalpia é construída essencialmente a partir da discussão de uma relação matemática para uma transformação adiabática da soma da Energia Interna de um sistema com o produto da Pressão pelo Volume desse sistema. Notam Correia e Oliveira que as abordagens ora se baseiam em resultado empírico de descrição de experimento, ora na estrutura lógica formal para a obtenção de identidades matemáticas, sendo por vezes acrescidas de uma interpretação física para Variação da Entalpia em uma transformação isobárica. Segundo os autores, o significado físico para Entalpia não foi apresentado de maneira satisfatória nas obras consultadas, embora apresentassem interpretações físicas satisfatórias para a variação da Entalpia em processos isobáricos.

Agradecemos aos autores a valiosa contribuição e ao Editor Chefe da RBBA, pela assessoria e especialmente pelas revisões e/ou traduções de textos que se apresentam em duas línguas.

Aos leitores, desejamos que os artigos possam fomentar discussões importantes que contribuam para a temática motivadora deste volume com as questões relativas à formação, preservação, manutenção, acessibilidade e utilização de arquivos para a pesquisa em acervos e corpora documentais físicos ou digitais, públicos e/ou privados de fontes escritas, fotográficas, visuais, audiovisuais, orais e outras, com temáticas diversas, contemplando seus usos sociais e científicos.

María Laura Tornay (UNL-Argentina)

Natalia Vega (UNL-Argentina)

Cristiane Namiuti (UESB-Brasil)

Jorge Viana Santos (UESB-Brasil)

ⁱ GINZBURG, C. **Cinco reflexiones sobre Marc Bloch**. Rosario: Prohistoria, 2018. Cap. IV.

ⁱⁱ RODRÍGUEZ DE DIEGO, J.L. Archivos del Poder, archivos de la Administración, archivos de la Historia (S.XVI-XVII). En: GENERELO, J.J. y MORENO LÓPEZ, A.(coord.) **Historia de los archivos y de la archivística en España**. Asociación de Archiveros de Castilla y León, Universidad de Valladolid, 1998. DA SILVA CATELA, L. El mundo de los archivos. En: DA SILVA CATELA, L. y JELIN, E. (comps.) **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. España-Argentina: Siglo XXI Editores, 2002. Colección Memorias de la Represión, vol.4, pp.195-219. FARGE, A. **La atracción del archivo**. Valencia: Edicions Alfons el Magnanim, 1991 (1ª edición 1989).